

I Reunião Interministerial da Governação Eletrónica da CPLP

“As respostas da Governação Eletrónica aos desafios da Pandemia COVID-19”

28 de outubro de 2020

[Cumprimentos protocolares]

- Senhor Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças de Cabo Verde, Dr. Olavo Correia*
- Senhores Ministros*
- Senhora e Senhores Secretários de Estado*
- Senhores Representantes dos Estados membros da CPLP e Pontos Focais para a Governação Eletrónica da CPLP*
- Senhores Representantes dos Observadores Associados*
- Senhores representantes da OCDE, da Universidade das Nações Unidas E-GOV e da ARCTEL-CPLP*
- Minhas Senhoras e meus Senhores*

Muito bom-dia a todos.

As minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Governo da República de Cabo Verde, em particular, ao Senhor Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças de Cabo Verde, pelo honroso convite para participar na abertura deste importante evento.

No cumprimento que dirijo ao Senhor Presidente da Reunião, saúdo também todos os Senhores Ministros e Secretários de Estado que nos acompanham nesta reunião.

Gostaria de começar por agradecer o trabalho de preparação desta primeira Reunião Interministerial da Governação Eletrónica da CPLP, que se realiza em formato virtual e que vem tornar possível dar continuidade às agendas da CPLP, superando as limitações e os obstáculos colocados pelo atual contexto pandémico.

Realço, ainda, os valiosos contributos de todos os Pontos Focais, refletidos no projeto de Declaração Final hoje submetida à aprovação de V. Exas.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A governação eletrónica é hoje encarada como um elemento essencial da boa governação.

Com efeito, o cidadão procura modalidades de governo que se querem cada vez mais transparentes, favorecendo uma maior disponibilidade e aproximação do Estado à solução dos seus problemas.

Como instrumento de reforma do Estado, a governação eletrónica deve proporcionar ao cidadão uma maior acessibilidade aos processos da administração pública, tendencialmente a um baixo custo, assim como um aumento da transparência governamental.

Tal processo permitirá dar pleno cumprimento aos preceitos fundamentais da teoria da administração pública, que nos ensinam que a sua função primordial é assegurar o conjunto das necessidades coletivas de um dado grupo.

E esta verdade dos compêndios faz hoje ainda mais sentido no quadro da conjuntura que todos vivemos e que a todos nos toca.

Com efeito, a pandemia COVID-19 tem obrigado a que governos e sociedades se voltem cada vez mais para as tecnologias digitais como resposta à crise no curto prazo, para apresentar soluções inovadoras que mitiguem as repercussões socioeconómicas no médio prazo e para reinventar as políticas e ferramentas que queremos no longo prazo.

Navegar por estes tempos difíceis exige uma abordagem de governo aberto e o uso de canais de comunicação digital, a fim de fornecer informações confiáveis sobre os desenvolvimentos que se verificam aos níveis global e nacional, como bem nos demonstra a urgência na obtenção de informação sobre os impactos provocados pelo COVID-19.

Para isso, o estabelecimento de parcerias público-privadas eficazes que, por via da partilha de tecnologias, conhecimentos e ferramentas, possam ajudar os governos a reinventar a economia e a reconstruir as sociedades, parece-nos da maior importância.

Todos nós necessitamos de mais cooperação e apoio internacionais para mitigar a crise.

Por isso, são essenciais colaborações baseadas em projetos regionais, nacionais e locais com empresas do setor privado, organizações internacionais e outras partes interessadas.

No longo prazo, os governos precisam de acelerar a implementação de tecnologias digitais inovadoras. E os investimentos nessas tecnologias podem apoiar de forma substancial a resiliência futura da economia, da saúde e da prestação de serviços públicos.

Assim, é com satisfação que registo a presença nesta reunião de representantes da OCDE, da Universidade das Nações Unidas E-GOV e da ARCTEL-CPLP.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Como já disse, a governação eletrónica é uma ferramenta eficaz para facilitar o desenvolvimento de políticas integradas e serviços públicos, bem como para acelerar processos de tomada de decisão participativa.

É justamente nesta dimensão que a governação eletrónica encerra o potencial de ajudar a apoiar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os seus 17 Objetivos.

Conforme referido num relatório da UNDESA, “para que as TIC realmente transformem o setor público num instrumento de desenvolvimento sustentável, a eficiência na prestação de serviços também deve estar associada à equidade social e à garantia de que todas as pessoas possam aceder a serviços de qualidade” (...) fazendo com que estas “estejam no centro de todas as políticas de governo e da gestão pública e que ninguém fique para trás”.

Nos últimos 15 anos, a governação eletrónica assumiu na CPLP um papel central na promoção da democracia, da participação política, da construção da cidadania e do envolvimento cívico, da educação e da partilha do conhecimento, assim como na aceleração do desenvolvimento das economias dos Estados-Membros.

Assistimos, de facto, a um período de grandes e rápidas “inovações” nos processos de gestão e de governança, resultado de uma maior valorização da informação e dos meios que aceleram a disponibilidade da mesma.

Mas a governação eletrónica também trouxe novos desafios no que respeita à segurança. O funcionamento em rede aberta, sem delimitação de fronteiras físicas; as vulnerabilidades e assimetrias de cariz tecnológico; e a exposição a ações malévolas ou mesmo de menores cuidados de utilização, tornam esta ferramenta muito exposta a novas ameaças.

Como utilizadores dos mecanismos de governação eletrónica, deve preocupar a todos, por exemplo, a forma como os nossos dados pessoais são tratados.

E, por isso, é muito importante que a governação eletrónica, enquanto ferramenta de prestação de

serviços e soluções aos cidadãos, constitua um instrumento que gere confiança e credibilidade.

Estou certo de que a multiplicidade de práticas de governação eletrónica já experimentada nos Estados da CPLP representa não apenas um desafio, mas sobretudo uma oportunidade para o reforço da nossa concertação.

Incentivo-vos a continuar a promover a partilha de experiências, boas práticas e conhecimentos, bem como a reforçar a cooperação com os parceiros que já nos acompanham e que muito prezamos. Paralelamente, devemos procurar identificar outros atores que desejem associar-se ao nosso trabalho coletivo neste sector, com destaque para os Observadores Associados da CPLP.

Termino, assegurando a todos que podem contar com o Secretariado Executivo da CPLP para vos acompanhar neste caminho.

Muito obrigado pela Vossa atenção.